

Ipreville aposta na curva longa

Regime próprio de Joinville planeja reduzir sua carteira de fundos de renda fixa de curto prazo e ampliar a presença de fundos ancorados em IMA-B5+

De olho na redução das taxas de juros, a ser definida na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e que deve marcar o início de um ciclo de queda da Selic, o regime próprio de previdência de Joinville (SC) já começa a se preparar para mudar o perfil da sua carteira de investimentos. Segundo a gerente de investimentos do Ipreville, Jucemeri Cabral, o instituto deve reduzir sua exposição à renda fixa de curto prazo para alocar mais fortemente em IMA-B5+, índice que acompanha os títulos indexados à inflação (NTN-Bs) com prazo de vencimento igual ou superior a cinco anos.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a valorização do IMA-B5+ em 12 meses, até a última semana de julho, foi de 14,96%, para uma variação de 3,86% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). “Nossa solidez nos permite ir para a ponta longa da curva de juros”, afirma o presidente do Ipreville, Guilherme Casali.

Com 27 anos de existência, o Ipreville está entre os maiores Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) do país, com um patrimônio de R\$ 3,7 bilhões. Apesar da idade, possui mais servidores ativos que aposentados, que lhe garantem um fluxo positivo de recursos, com mais entradas de dinheiro do que saídas. São 9,5 mil servidores ativos para 4,7 mil aposentados. “Os ingressos mensais de recursos mais do que cobrem as saídas”, explica Casali.

Com essa situação confortável, o instituto tomou a decisão de reorientar a carteira de investimentos para o longo prazo, movendo os recursos que atualmente estão em fundos de curto prazo para fundos ancorados em IMA-B5+. Hoje o Ipreville tem 44,6% em títulos



A nossa grande virada está voltada para a curva longa de juros, com os IMA-B5+, conta o presidente do Ipreville, Guilherme Casali

públicos, sendo dois terços marcados na curva e um terço a mercado, adquiridos através de carteiras administradas. Essa faixa não terá mudanças. Outros 37,5% estão aplicados em fundos de renda fixa, a maior parte no curto prazo, além de 12,8% em renda variável e 4% em investimentos no exterior.

Além da guinada para os IMA-B5+ nos fundos de renda fixa de curto prazo, o instituto também quer ampliar a alocação em Fundos de Participações (FIP). Atualmente, dos 12,8% aplicados em renda variável, 1,63% estão alocados em FIPs, mas a perspectiva de retomada da economia que deve vir com a queda de juros tem despertado a atenção da entidade para aplicações na economia real. “A nossa grande virada está voltada para a curva longa de juros, com os IMA-B5+, mas um aumento de alocação em FIPs também está no nosso radar”, conta Casali.

A principal tese de FIPs a despertar a atenção do Ipreville é em infraestrutura, principalmente na área de saneamento básico, conta a gerente de investimentos, Jucemeri Cabral. Segundo ela, o instituto está analisando um projeto apresentado por uma gestora que está investindo no saneamento básico do Rio Grande do Sul. “É uma proposta interessante, estamos analisando esse FIP mas ainda não tomamos uma decisão”, diz Cabral sem dar maiores detalhes.

Ela lembra que o Ipreville já teve problemas com FIPs no passado, especialmente com um fundo de participações investido no segmento de shopping centers, cujas cotas praticamente viraram pó na mão dos cotistas. Sem citar o nome do gestor, ela diz que uma solução para o “imbróglio” está sendo discutida em câmara arbitral. “No FIP que deu problema, a gente tomou uma posição ativa, de levar à Câmara de Arbitragem”, conta o presidente Casali.

“Foi uma experiência bem ruim, mas isso não significa que o veículo seja ruim”, complementa Cabral.

O processo de investimento do instituto, segundo ela, tem um grau elevado de governança, para evitar distorções. Em primeiro lugar as propostas pela análise de um comitê de investimentos formado por cinco pessoas, que incluem além dela, com formação em economia, também o presidente da entidade, advogado de formação, e outras três pessoas, sendo dois contadores e um economista. “A gente faz a análise das propostas, mas a decisão final cabe ao Conselho de Investimentos”, explica.

O Conselho de Investimentos é a instância máxima para esse tipo de tema, incluindo quatro pessoas, das quais duas são indicadas pelo Conselho Administrativo e duas pelo Conselho Fiscal. “O comitê de investimentos faz o trabalho duro, de análise dos projetos e de avaliação de cenários, mas a decisão final é do Conselho de Investimentos”, conta Casali.

Com Nível 3 no Pró-Gestão, um programa de certificação coordenado pela Secretaria de RPPS, que atribui

Ipreville toma suas decisões de risco seguindo sempre as recomendações dos estudos de Asset Liability Management

maiores limites de investimentos de risco aos institutos que adotam boas práticas de gestão dos ativos, o Ipreville não só consegue encarar com tranquilidade sua virada para fundos ancorados em IMA-B5+ quanto também para carteiras de maior risco, essenciais no novo ciclo de queda de juros que se avizinha.

O programa Pró-Gestão tem quatro níveis de risco, sendo 1 o mais baixo e 4 o mais alto. Na renda variável, por exemplo, o limite que vigora para os RPPS não enquadrados em nenhum nível é de 30%. A partir daí os institutos ganham 5% a mais para cada nível de boas práticas alcançadas, passando

ao limite de 35% no Nível 1, a 40% no Nível 2, a 45% no Nível 3 e a 50% no Nível 4.

Mas além de um limite superior de risco por conta do Pró-Gestão, o Ipreville toma suas decisões de risco sempre seguindo as recomendações dos estudos de Asset Liability Management (ALM). Esses estudos, feitos por uma empresa de assessoria contratada externamente, busca casar os ativos de investimento da entidade com seus passivos espalhados ao longo do tempo. “Nós seguimos bem de perto as recomendações do nosso ALM”, explica o presidente do Ipreville.

A entidade fechou o primeiro semestre deste ano com uma rentabilidade de 7,91%, para uma meta atuarial de 5,18%. Da rentabilidade total, a renda fixa, incluindo títulos públicos e fundos de investimento, contribuiu com 6,68%, enquanto a renda variável com 1,16%. A expectativa é que, no futuro, com a queda das taxas de juros, as entidades caminhem mais em direção à renda variável e a contribuição dessa classe para a rentabilidade total seja maior.



A plataforma oferece acesso rápido e prático às informações, possibilitando ao usuário acompanhar seus portfólios e o mercado de forma dinâmica, mantendo as melhores práticas e a imparcialidade nas análises dos investimentos



- RETORNOS DIÁRIOS
- COMPLIANCE E NORMAS
- FERRAMENTAS
- RISCOS
- MEUS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO
- SIMULAÇÕES E COMPARATIVOS

Esse modelo possibilita ao usuário maior foco em análises, pois o tratamento contínuo de dados é realizado pela equipe de analistas da ADITUS.

Para maiores informações, entre em contato com a nossa equipe: aditus@aditusbr.com

A ADITUS CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. é uma empresa habilitada junto à CVM no modalidade de Consultoria de Valores Mobiliários.



[Revistas Digitais - Investidor Institucional 358 - jul/2023](#)

[Revistas Digitais - Investidor Institucional 358 - jul/2023](#)

[Revistas Digitais \(investidorinstitucional.com.br\)](#)